|  |
| --- |
| Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  **Modelo de Contrato** - Serviços de engenharia  Atualização: **Setembro/2021** |

**ANEXO III**

**MINUTA TERMO DE CONTRATO**

(Serviços de engenharia)

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº......../2022, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO E A EMPRESA .............................................................**

A União, por intermédio da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1.205, Bairro Baú, CUIABÁ-MT, CEP 78.008-902, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494.0028-56, neste ato representada pelo Delegado de Polícia Federal Sérgio Sadao Mori, nomeado pela Portaria nº 13.921/2020-DG/PF, de 08 de outubro de 2020, inscrito no CPF sob o nº 086.345.458-57, portador da Carteira de Identidade n.º 19.331.864 SSP-SP, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a)............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pela (o) .................., e CPF nº ........................., tendo em vista o que consta no Processo nº **08320.002963/2022-51** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Concurso 01/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente Projeto Básico é possibilitar a seleção e o cadastro de Empresa de Serviço de Conservação de Energia (ESCO - *Energy Service Company*) ou Empresa de Engenharia habilitada para celebrar, através de licitação na modalidade CONCURSO, termo de compromisso com a Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso, a fim de representá-la em Chamadas Públicas de Projetos (CPP), junto à concessionária de energia elétrica local - ENERGISA, principalmente nos Programas de Eficiência Energética (PEE) regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no que se refere à elaboração e a apresentação de diagnóstico energético e sua respectiva proposta de projeto de eficiência energética no uso final de energia elétrica em suas instalações.

**1.1.1**. A prestação dos serviços será de acordo com as condições estabelecidas no Projeto Básico, anexo do Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do **Concurso 01/2022** e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de .........../......../........ e encerramento em .........../........./.........., podendo ser prorrogado nos termos do § 1º, artigo 57 da Lei 8.666/93.

**2.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

**3.1.** O percentual financeiro devido à ganhadora e cronograma de físico-financeiro obedecerá ao disposto nos editais de chamadas públicas das concessionárias de energia e leilões de eficiência energética da ANEEL.

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**Nota Explicativa:**a remuneração e o valor serão de responsabilidade da Concessionária Energisa.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** 5.1. Não haverá custo para administração, dado que a execução do projeto se dará com recursos oriundos das chamadas públicas de projetos a serem publicadas pela ENERGISA, posto que a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, e suas alterações, dispõe que as empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da Receita Operacional Líquida (ROL) em Programas de Eficiência Energética, segundo regulamento da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

**4.2.** As despesas para atender a esta licitação serão, na sua totalidade, dispendidas pelas concessionárias de energia e/ou ANEEL, de acordo com as previsões constantes nas chamadas públicas/editais de Projetos de Eficiência Energética e leilões de eficiência energética da ANEEL.

**4.3.** O desembolso citado no item anterior será realizado somente na hipótese do Projeto de Eficiência Energética apresentado pela licitante ganhadora ser selecionado em chamadas públicas e leilões de eficiência energética.

|  |
| --- |
| **Nota Explicativa:**Não haverá desembolso de recursos pela SR/PF/MT |

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento será efetuado por intermédio dos recursos financeiros obtidos na Chamada Pública ofertada pela Concessionária de Energia, caso o projeto de eficiência energética apresentado pela ganhadora seja selecionado.

**5.2.** As condições de pagamento obedecerão ao disposto nos editais de chamadas públicas das concessionárias de energia e leilões de eficiência energética da ANEEL.

**5.3** A contagem do prazo para início dos desembolsos se dará quando da publicação do Termo de Cooperação Técnica, assinado entre a Superintendência Regional da Polícia Federal no estado de Mato Grosso e a concessionária/permissionária, no Diário Oficial.

**5.4.** O Valor para pagamento à Contratada está inserido na verba a ser obtida junto a concessionária/ permissionária para o Programa de Eficiência Energética da Superintendência Regional da Polícia Federal no estado de Mato Grosso, nos termos das Chamadas Públicas PEE da distribuidora, a serem publicadas durante a vigência do contrato, não havendo necessidade de desembolso financeiro pela Superintendência Regional da Polícia Federal no estado de Mato Grosso.

**5.5.** Na hipótese de a Superintendência Regional da Polícia Federal no estado de Mato Grosso não ser classificada na Chamada Pública da concessionária/permissionária por razões decorrentes de condições afetas à “proposta de projeto” e em qualquer outra não conformidade referente à mesma, não haverá pagamento à empresa pelo serviço prestado. Portanto, não haverá ônus financeiro para a Superintendência Regional da Polícia Federal no estado de Mato Grosso, caso o projeto não seja classificado.

**5.6.** Para os casos em que a gestão financeira do PEE for da Superintendência Regional da Polícia Federal no estado de Mato Grosso, os desembolsos somente serão iniciados/continuados à medida que a distribuidora disponibilize os recursos à Superintendência Regional da Polícia Federal no estado de Mato Grosso, que os repassará para os pagamentos à Contratada, bem como aos fornecedores dos equipamentos, materiais e instalações, conforme Termo de Cooperação Técnica assinado pelas partes.

**5.7.** Os pagamentos à contratada dar-se-ão conforme a seguinte previsão, mediante o cumprimento das etapas por parte da Contratada e apresentação da nota fiscal correspondente das seguintes etapas: diagnóstico energético, medição e verificação do sistema atual e do sistema novo, fiscalização e gestão e treinamento.

**Nota Explicativa:** O pagamento somente ocorrerá se o projeto apresentado for selecionado pela concessionário de energia elétrica e o pagamento será feito por ela.

**6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

**6.1.** As regras acerca de reajuste e valor referente ao projeto de eficiência energética são aquelas previstas nos editais de chamada pública das concessionárias de energia e leilões de eficiência energética da ANEEL.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**7.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico, anexo do Edital.

**8.2.** A fiscalização obedecerá ao disposto nos editais de chamadas públicas das concessionárias de energia e leilões de eficiência energética da ANEEL

**9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9**.**1**. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**9**.**2**. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**9**.**3**. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**~~9~~**~~.~~**~~4~~**~~. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico- financeiro;~~

**~~9~~**~~.~~**~~5~~**~~. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item~~ **~~6~~** ~~da IN SEGES/MP nº~~ **~~5~~**~~/~~**~~2017~~**~~;~~

**9**.**6**. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**9**.**6**.**1**. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

**9**.**6**.**2**. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

**9**.**6**.**3**. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

**9**.**6**.**4**. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**9**.**7**. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

**9**.**8**. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

**9**.**9**. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

**9**.**10**. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

**9**.**10**.**1**. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

**9**.**10**.**2**. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

**9**.**10**.**3**. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

**9**.**10**.**4**. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

**9**.**10**.**5**. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

**9**.**11**. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

**9**.**12**. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. **3**º, § **5**º, da Lei nº **8**.**666**, de **1993**.

**9.13.** O contratado deverá ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no regulamento de concurso ou no ajuste para sua elaboração.

**9.14.** Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10**.**1**. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

**10**.**2**. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10**.**3**. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos **14** e **17** a **27**, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº **8**.**078**, de **1990**), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.3.1.** A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

**10**.**4**. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10**.**5**. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo **7**° do Decreto n° **7**.**203**, de **2010**;

**10**.**6**. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: **1**) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2**) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **3**) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; **4**) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e **5**) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item **10**.**2** do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. **5**/**2017**;

**10**.**7**. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

**10.7.1.** A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**10**.**8**. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24** (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**10**.**9**. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

**10**.**10**. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**10**.**11**. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**~~10~~**~~.~~**~~12~~**~~. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.~~

**10**.**13**. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

**10**.**14**. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**10**.**15**. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**10**.**16**. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10**.**17**. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**~~10~~**~~.~~**~~18~~**~~. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº~~ **~~13~~**~~.~~**~~146~~**~~, de~~ **~~2015~~**~~.~~

**10**.**19**. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10**.**20**. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § **1**º do art. **57** da Lei nº **8**.**666**, de **1993**;

**10**.**21**. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

**10**.**22**. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**10**.**23**. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem **6**.**1**, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº **5**, de **25**/**05**/**2017**:

**~~10~~**~~.~~**~~23~~**~~.~~**~~1~~**~~. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;~~

**~~10~~**~~.~~**~~23~~**~~.~~**~~2~~**~~. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.~~

**10**.**24**. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

**~~10~~**~~.~~**~~25~~**~~. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;~~

**10**.**26**. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

**10**.**27**. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

**10.28.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

**~~10~~**~~.~~**~~29~~**~~. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;~~

**10**.**30**. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

**10.31.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

**10.32.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**~~10~~**~~.~~**~~33~~**~~. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;~~

**10**.**34**. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

**10**.**35**. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

**10**.**35.1**. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nºs. **6**.**496**/**77** e **12**.**378**/**2010**);

**10**.**36**. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

**~~10~~**~~.~~**~~37~~**~~. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.~~

**10**.**38**. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de **05** (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**~~10~~**~~.~~**~~39~~**~~. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo~~ **~~11~~** ~~do Decreto n°~~ **~~5~~**~~.~~**~~975~~**~~, de~~ **~~2006~~**~~, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.~~

**~~10.40.~~** ~~Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo~~ **~~4~~**~~°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n°~~ **~~1~~**~~, de~~ **~~19~~**~~/~~**~~01~~**~~/~~**~~2010~~**~~, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:~~

**~~10~~**~~.~~**~~40~~**~~.~~**~~1~~**~~. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;~~

**~~10~~**~~.~~**~~40~~**~~.~~**~~2~~**~~. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo~~ **~~17~~**~~, inciso II, da Lei n°~~ **~~6~~**~~.~~**~~938~~**~~, de~~ **~~1981~~**~~, e Instrução Normativa IBAMA n°~~ **~~5~~**~~, de~~ **~~15~~**~~/~~**~~03~~**~~/~~**~~2014~~**~~, e legislação correlata;~~

**~~10~~**~~.~~**~~40~~**~~.~~**~~3~~**~~. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n°~~ **~~253~~**~~, de~~ **~~18~~**~~/~~**~~08~~**~~/~~**~~2006~~**~~, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n°~~ **~~21~~**~~, de~~ **~~24~~**~~/~~**~~12~~**~~/~~**~~2014~~**~~, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.~~

**~~10~~**~~.~~**~~40~~**~~.~~**~~3~~**~~.~~**~~1~~**~~. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.~~

**~~10~~**~~.~~**~~41~~**~~. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº~~ **~~307~~**~~, de~~ **~~05~~**~~/~~**~~07~~**~~/~~**~~2002~~**~~, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo~~ **~~4~~**~~°, §§~~ **~~2~~**~~° e~~ **~~3~~**~~°, da Instrução Normativa SLTI/MP n°~~ **~~1~~**~~, de~~ **~~19~~**~~/~~**~~01~~**~~/~~**~~2010~~**~~, nos seguintes termos:~~

**~~10~~**~~.~~**~~41~~**~~.~~**~~1~~**~~. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;~~

**~~10~~**~~.~~**~~41.2~~**~~. Nos termos dos artigos~~ **~~3~~**~~° e~~ **~~10~~**~~° da Resolução CONAMA n°~~ **~~307~~**~~, de~~ **~~05~~**~~/~~**~~07~~**~~/~~**~~2002~~**~~, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da~~ ~~construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:~~

**~~10~~**~~.~~**~~41~~**~~.~~**~~2~~**~~.~~**~~1~~**~~. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;~~

**~~10~~**~~.~~**~~41~~**~~.~~**~~2.2.~~** ~~resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;~~

**~~10~~**~~.~~**~~41~~**~~.~~**~~2.3.~~** ~~resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;~~

**~~10~~**~~.~~**~~41~~**~~.~~**~~2~~**~~.~~**~~4.~~** ~~resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.~~

**~~10~~**~~.~~**~~41~~**~~.~~**~~3~~**~~. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;~~

**~~10~~**~~.~~**~~41~~**~~.~~**~~4~~**~~. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs.~~ **~~15~~**~~.~~**~~112~~**~~,~~ **~~15~~**~~.~~**~~113~~**~~,~~ **~~15~~**~~.~~**~~114~~**~~,~~ **~~15~~**~~.~~**~~115~~** ~~e~~ **~~15~~**~~.~~**~~116~~**~~, de~~ **~~2004~~**~~.~~

**10**.**42**. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

**10**.**42**.**1**. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° **382**, de **26**/**12**/**2006**, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

**10**.**42**.**2**. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-**10**.**151** - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-**10**.**152** - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° **01**, de **08**/**03**/**90**, e legislação correlata;

**10**.**42**.**3**. Nos termos do artigo **4**°, § **3**°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° **1**, de **19**/**01**/**2010**, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

**10**.**43**. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

**~~10~~**~~.~~**~~44~~**~~. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;~~

**~~10~~**~~.~~**~~45~~**~~. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);~~

**~~10.46.~~** ~~No caso de execução de obras:~~

**~~10.46.1.~~** ~~Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;~~

**~~10.46.1.1.~~** ~~Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;~~

**~~10.46.2.~~** ~~Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.~~

**~~10.46.3.~~** ~~Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de Novembro de 2018.~~

**~~10~~**~~.~~**~~47~~**~~. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:~~

**~~10~~**~~.~~**~~47.1~~**~~. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;~~

**10.48.** Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

**10.49.** Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

**11.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12**.**1**. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº **8**.**666**, de **1993**, a CONTRATADA que:

**12**.**1**.**1**. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**12**.**1**.**2**. ensejar o retardamento da execução do objeto;

**12**.**1**.**3**. falhar ou fraudar na execução do contrato;

**12**.**1**.**4**. comportar-se de modo inidôneo; ou

**12**.**1**.**5**. cometer fraude fiscal.

**12**.**2**. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**i**. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**ii**. Multa de:

**(1)** **0**,**1**% (um décimo por cento) até **0**,**2**% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor **~~adjudicado~~** **do prêmio ou da remuneração** em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15** (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**(2)**. **0**,**1**% (um décimo por cento) até **10**% (dez por cento) sobre o valor **~~adjudicado~~** **do prêmio ou da remuneração**, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**(3)**. **0**,**1**% (um décimo por cento) até **15**% (quinze por cento) sobre o valor **~~adjudicado~~** **do prêmio ou da remuneração**, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**(4)**. **0**,**2**% a **3**,**2**% por dia sobre o valor mensal do **~~contrato~~** **prêmio ou da remuneração**, conforme detalhamento constante das Tabelas **1** e **2**, abaixo; e

**(5)**. **0**,**07**% (sete centésimos por cento) do valor do **~~contrato~~** **prêmio ou da remuneração** por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de **2**% (dois por cento). O atraso superior a **25** (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

**(6)**. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**(7)**. Nas hipóteses de incidência de comportamento penalizável com multa antes da seleção do projeto, por não haver valor de base de cálculo para multa, haverá a aplicação de advertência ou suspensão proporcional ao agravo, e considerando **o caráter educativo da pena.**

**iii**. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**iv**. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**12**.**3**. As sanções previstas nos subitens **19**.**2**.**1**, **19**.**2**.**3** e **19**.**2**.**4** poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**12**.**4**. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas **1** e **2**:

**Tabela 1**

|  |  |
| --- | --- |
| **GRAU** | **CORRESPONDÊNCIA** |
| **1** | **0**,**2**% ao dia sobre o valor mensal do **~~contrato~~**  **prêmio ou da remuneração** |
| **2** | **0**,**4**% ao dia sobre o valor mensal do **~~contrato~~** **prêmio ou da remuneração** |
| **3** | **0**,**8**% ao dia sobre o valor mensal do **~~contrato~~** **prêmio ou da remuneração** |
| **4** | **1**,**6**% ao dia sobre o valor mensal do **~~contrato~~** **prêmio ou da remuneração** |
| **5** | **3**,**2**% ao dia sobre o valor mensal do **~~contrato~~** **prêmio ou da remuneração** |

**Tabela 2**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** |
| **1** | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | **05** |
| **2** | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | **04** |
| **3** | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | **03** |
| **4** | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | **02** |
| **Para os itens a seguir, deixar de:** | | |
| **5** | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | **02** |
| **6** | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | **01** |
| **7** | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | **03** |
| **8** | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | **01** |

**12**.**5**. Também ficam sujeitas às penalidades do art. **87**, III e IV da Lei nº **8**.**666**, de **1993**, as empresas ou profissionais que:

**12**.**5**.**1**. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**12**.**5**.**2**. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**12**.**5**.**3**. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**12**.**6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº **8**.**666**, de **1993**, e subsidiariamente a Lei nº **9**.**784**, de **1999**.

**12**.**7**. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**12**.**7.1**. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12**.**8**. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo **419** do Código Civil.

**12**.**9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**12**.**10.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº **12**.**846**, de **1**º de agosto de **2013**, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**12.11**. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº **12**.**846**, de **1**º de agosto de **2013**, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**12**.**12**. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**12**.**13**. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO**

**13.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

**13.1.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

**13.1.2.** Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**13.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**13.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.4.3.** Indenizações e multas.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

**14.1.** É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**14.2.** É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

**14.2.1.** A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**14.2.2** A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

**~~15.2.~~** ~~A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.~~

**~~15.3.~~** ~~Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013~~**~~.~~**

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

**18.1.** O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Cuiabá/MT - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado digitalmente pelos contraentes, em conformidade com o disposto na Portaria nº 14.245-DG/PF, de 17/11/2020, publicada no Boletim de Serviço PF nº 220, de 18/11/2020.

**NOTA EXPLICATIVA: A Portaria nº 14.245-DG/PF, de 17/11/2020 (em anexo) que passa a exigir a assinatura digital de fornecedores através do acesso ao SEI.**

Cuiabá/MT, .......... de.......................................... de 2022

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal da CONTRATADA